

ASSUNTOS DIVERSOS

Discurso de Posse do Procurador-Geral do Estado Hélio Saboya

A relevância das tarefas que incumbem à Procuradoria Geral do Estado e o elevado padrão que meus antecessores imprimiram às suas administrações só faz acentuar o desafio que para mim representa a investidura no cargo do Procurador-Geral.

Esse desafio só pode ser enfrentado com possibilidades de êxito contando-se com a integral solidariedade da Casa. Dos procuradores e dos funcionários dedicados e sofridos. Confio — ou melhor, tenho como absolutamente assegurada — essa solidariedade. Garanto-na, de um lado, a tradição da Procuradoria de exação no cumprimento do dever, de dedicação na defesa dos interesses do Estado. De outro, a especial vocação da Casa para o que de mais fundamental tem o programa do Governo Moreira Franco, o compromisso por ele assumido em dois temas que são particularmente caros a esta Procuradoria: a Justiça Social como meta última e o desenvolvimento econômico como uma das condições dela.

Com efeito, os Procuradores do Estado não se colocam e jamais se colocaram em uma posição neutra e insossa em face do Direito. Eles o encaram como um instrumento através do qual se há de implantar neste país e neste estado um sistema menos injusto e menos cruel, para não dizer um sistema realmente justo e verdadeiramente humano. A sensibilidade da Procuradoria para o social assegura a adesão da Casa às metas do novo Governo.

Se sempre nos engajamos na defesa dos interesses do Estado, com maior ênfase nos engajamos na luta contra a miséria e contra a discriminação. Ainda recentemente, um ilustre egresso desta Casa — que dela saiu fisicamente para honrar os quadros da magistratura, mas nunca a deixou espiritualmente e afetivamente — clamava amargurado aos seus discípulos:

“Com a miséria só costumamos inquietar-nos, os que a ela, por sorte, escapamos, quando nos sentimos incomodados pela proximidade dos seus andrajos e dos seus dejetos. A miséria na verdade é feia; infinitamente maior que a sua, no entanto, é a feiúra de uma sociedade que lhe tolera a existência, que com ela convive de coração leve, contanto que possa mantê-la a distância suficiente para que ela não me lindre a visão e o olfato dos delicados.”

Essa denúncia do nosso José Carlos Barbosa Moreira é a denúncia de todos nós.

Esse quadro de miséria — que o Governo que tenho a honra de ter sido convocado a servir se empenhará em combater — se reflete de forma particularmente chocante dentro da nossa própria Casa e mostra a taxa de iniquidade social existente no Brasil, que neste particular é, para desgraça nossa, o colocado em primeiro lugar no mundo. Aos funcionários injustiçados e frustrados garante o Procurador-Geral que não lhes faltará o seu apoio e o seu empenho para que se lhes assegurem condições mínimas de trabalho e condigna remuneração. Posso inclusive informá-los que o Governador do Estado já manifestou pessoalmente ao Procurador-Geral a sua preocupação com a injusta situação dos funcionários administrativos da Procuradoria e o seu propósito de tão logo tome pé do mérito das leis resultantes da pletera de mensagens enviadas à Assembléia Legislativa no final do Governo passado, ratificar aquelas que efetivamente se destinavam a corrigir injustiças que perduram desde tantos anos.

No momento em que me invisto no cargo de Procurador-Geral, desejo homenagear todos os meus antecessores: os do antigo Distrito Federal, os da Guanabara e os do extinto Estado do Rio de Janeiro. Todos eles — e não se trata apenas uma frase de efeito — honram o cargo. Isto me dispensa de nomeá-los um a um. Não me dispense, porém, de homenageá-los todos na figura de dois deles dos quais somos devedores de dívida irredimível. Um talvez não seja conhecido dos mais novos: é o inspirador e criador das bases da Procuradoria tal como ela se apresenta — Gustavo Philadelpho Azevedo. Foi ele que implantou o sistema de concurso para o ingresso na carreira. Exercia e exerce até hoje uma liderança imperceptível mas sempre presente. Em todos e quaisquer momentos de crise, a ele se recorre, dele havendo a palavra amiga e a orientação segura, e serena.

O outro é Eduardo Seabra Fagundes, que renovou a Casa, sem perder de vista as suas mais caras tradições. Fez retornarem os concursos, interrompidos por 15 anos, certamente contra a vontade dos que o antecederam. Preservou a Casa e sua dignidade. Intensificou a interiorização da Procuradoria. Empenhou-se não só pelos Procuradores mas por todos os funcionários. Se o problema dos últimos ainda pende de solução definitiva — que se espera não há de tardar —, deve-se isto a razões que escaparam inteiramente ao controle de Eduardo Seabra Fagundes.

Também não posso deixar de ressaltar a figura tão prezada e respeitada de Letácio Jansen. Ele e Eduardo se integram e se completam, pelo que o que se disse de Seabra Fagundes é como se tivesse dito de Letácio Jansen.

Participei — como Procurador-Chefe do Centro de Estudos Jurídicos — dessas duas últimas administrações. Ao sucedê-las em

um Governo de renovação, posso assegurar que nesta Casa renovação significa a continuidade de suas tradições e de seus princípios tão bem preservados pelas administrações Seabra Fagundes e Letácio Jansen.

Coincide a minha investidura com o ingresso de 21 novos colegas. A esses jovens recebemos todos de coração alegre. Ingressam eles em uma casa de jovens. Jovens como o é outro símbolo desta Procuradoria e eterno jovem de 90 anos Barbosa Lima Sobrinho. Jovens como o foi outro grande jurista, de passagem rápida porém tão marcante entre nós, o inesquecível Victor Nunes Leal. Jovem como é o decano do Secretariado do Governo Moreira Franco, o nosso colega Roberto Richellette.

Ao encerrar, menciono dois pontos aos quais dou especial relevo. A modernização da estrutura de apoio da Procuradoria, já iniciada mas ainda distanciada das necessidades, para uma atuação à altura da qualidade dos recursos humanos de que dispomos. Vou alterá-la e empenhar-me para que tenhamos, com a possível brevidade, uma estrutura moderna e eficaz, onde a informática há de ter papel preponderante.

Outro ponto é a contribuição que o Procuradoria deverá dar aos trabalhos de elaboração da Constituição Federal e, em segundo momento, aos da feitura da Carta Estadual. Colaboração técnica que não se confunde com a pretensão bacharelística de se substituir àqueles a quem o povo delegou poderes soberanos para estabelecer um Pacto que corresponda aos anseios nacionais.

Meus colegas:

Iniciei este discurso falando de solidariedade. Nesta casa ninguém melhor do que eu conhece a que ponto chegam os extremos da intolerância. Mas também ninguém melhor do que eu conhece a que extremos chega a solidariedade.

A solidariedade, só lhe conhecemos o real valor quando a vivemos efetivamente. O mesmo se diga da lealdade, imprescindível para o trabalho comum e o respeito recíproco. Leais e solidários, haveremos de juntos vencer os desafios que o futuro próximo nos apresenta. Leais e solidários haveremos de dar a nossa contribuição à construção de um País em que, a par da democracia formal cujo início se vê restaurada, se atinja também a democracia real a que todos nesta Casa almejamos. Somos, na Administração do Estado, um instrumento importante para atingir este objetivo.

Conto com todos. Dos meus dois subsecretários, José Eduardo Santos Neves e Geraldo Arruda Figueiredo ao mais humilde servente. Cada um, a seu modo, é imprescindível para que a Procuradoria Geral continue a ser o que é: o escritório que defende a Pública Administração sem esquecer que esta se confunde com os superiores interesses do povo fluminense.